



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico



Inovação social na agricultura familiar: reflexões a partir das suas especificidades estruturais.

Social innovation in family farm: reflections based on their structural specificities.

SOARES, Zaré A. B.¹ ; CANAVESI, Flaviane C.²

¹ Pesquisador, Embrapa Cerrados, zare.soares@embrapa.br; ² Professora Adjunta, Universidade de Brasília (UnB) flavianecanavesi@unb.br

Tema Gerador: Construção do Conhecimento Agroecológico

Resumo

Desde a década de 1990 a agricultura familiar vem sendo referenciada e estudada como estratégica para o desenvolvimento rural. Considerando sua especificidade no que concerne às características socioeconômicas que foram a base para elaborar um conjunto de políticas públicas, defende-se neste artigo, que tais especificidades justificariam a construção de uma política de inovação para a autonomia e fortalecimento da agricultura familiar que tenha na agroecologia seu eixo norteador.

Palavras-chave: camponato; autonomia; tecnologia; políticas públicas; agroecologia.

Abstract

Since the 1990s family farming has been referred to and studied as a strategic for rural development. Considering its specificity with regard to the socioeconomic characteristics that were the basis for elaborating a set of public policies, it is argued in this article that such specificities would justify the construction of an innovation policy for the autonomy and strengthening of family agriculture that has in agroecology its guiding axis.

Keywords: peasantry; autonomy; technology; public policy; agroecology.

Introdução

Desde os anos 1990 a categoria socioprofissional da agricultura familiar, objetivada nas políticas públicas (Neves, 2007), se coloca como segmento estratégico no debate público sobre o desenvolvimento rural brasileiro. Para este trabalho, consideramos, a partir de bibliografia específica que, a agricultura familiar cumpre ao menos dois papéis essenciais para a sociedade brasileira. Primeiro no abastecimento do mercado interno de alimentos, consequentemente impactando positivamente sobre a soberania e segurança alimentar, noção esta corroborada pelos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostrando que 83,2% da produção de mandioca, 69,6% da produção de feijão (agregando todos os tipos), 33,1% da produção de arroz em casca, 51,2% das aves e 59,0% dos suínos pertencem à produção da agricultura familiar. Segundo, na geração de postos de trabalho, contribuindo com 12,3 milhões de pessoas em atividades produtivas, sendo 74,4 % do pessoal ocupado na agricultura, que corresponde a 20% do total de pessoas ocupadas no País, constituindo-se como o segundo setor empregador, depois do setor de serviços (IBGE, 2012).



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico



A importância do segmento da agricultura familiar, nestes termos, resulta da ação política de movimentos sociais e representação sindical que tencionaram e tencionam para a construção e garantia de um conjunto importante de políticas públicas específicas, que têm como referência, para a definição do seu desenho, a afirmação de características estruturais da agricultura familiar brasileira. Dentre estas políticas, com recorte de público e desenhos específicos, podemos citar: *a)* financiamento da produção – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); *b)* Aposentadoria rural como segurado especial; *c)* Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); *d)* Seguro Agrícola – Garantia Safra; *e)* Acesso a mercado e preços mínimos sendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); *f)* Acesso à terra – Crédito Fundiário e Assentamentos Rurais; *g)* Regularização ambiental das propriedades rurais – Programa Mais Ambiente e um capítulo específico para a agricultura familiar no novo código florestal; *h)* Política de educação do campo com prioridade para o público da agricultura familiar.

Além deste conjunto citado de políticas públicas, podemos citar a própria Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) que delimita este segmento em suas especificidades, distanciando-o da parcela da agricultura empresarial e patronal.

Apesar dos avanços no reconhecimento do papel estratégico da agricultura familiar, como ator social, político e econômico relevante, e da progressiva valorização da centralidade do conhecimento e da tecnologia na construção das estratégias de desenvolvimento no séc. XXI, não se identificam ações consistentes, por parte do Estado, sobre uma política de inovação para o fortalecimento da agricultura familiar.

Tomando por base o estudo da especificidade estrutural da agricultura familiar, Wanderley (2009a) baseia-se em Chayanov onde o eixo central da teoria consiste na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno, que chamamos neste trabalho de especificidades estruturais, que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Estes princípios, derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, esta não se organiza sobre a base de extração e apropriação de trabalho alheio, de mais valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo produtivo na unidade familiar é o próprio proprietário dos meios de produção.

Buscaremos, nesta perspectiva, trazer autores (as) que debatem a categoria “agricultura familiar”, chamando atenção para especificidades que devem ser consideradas como orientações para ações e políticas públicas que tratem da construção do conhe-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico



cimento sobre outras bases que consideram a inovação social (Sabourin *et al*, 2014), ou produção de novidades (Wiskerke e Ploeg, 2004), entendidas como processos bem mais amplos, considerando todo o campo dialógico em que se dão as construções de novas capacidades entre os atores sociais.

Metodologia

Para a produção deste ensaio teórico, realizou-se pesquisa bibliográfica em que se busca fundamentar as argumentações, bem como pesquisa documental sobre iniciativas recentes, ainda embrionárias, que se propuseram a tratar o tema da inovação na agricultura familiar. A pesquisa exploratória que suscitou o objeto deste artigo surgiu de entrevistas com gestores de políticas públicas para a agricultura familiar na interface com a construção do conhecimento como é o caso da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural.

Resultados e discussão

A partir de uma revisão bibliográfica, observou-se que a variedade de expressões utilizadas para designar uma categoria como a agricultura familiar e mostrar sua especificidade vai além da Lei que a define (Ploeg, 2008; Abramovay, 1994 e 1992; Neves, 2005 e 2007; Wanderley, 2009a, 2009; Veiga, 1995).

Na perspectiva proposta, Wanderley (2009a) afirma que o camponês dá de graça à sociedade uma parte de seu trabalho. A partir daí estabelece que, as diferentes formas de contribuição à sociedade oferecidas pelo camponês é que explicariam e sua permanência, ou até “triunfo” nas sociedades modernas, apesar de todos os prognósticos contrários (Gudeman, 1978 e Shultz 1964 *apud* Ploeg, 2006). Porém, ao contrário da relação direta entre capital e o trabalho que define a condição do assalariado, a reprodução do campesinato nas sociedade capitalistas, tem como fundamento uma relação indireta, cujos termos são dados pela polarização entre autonomia e subordinação (Wanderley, 2009a)

Para Chayanov(1974) *apud* Wandereley (2009a), o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Deste fato resulta a tradicional identificação entre família e empresa que se expressa em dois níveis. Por um lado, no que se refere à relação com o trabalho, o produtor familiar estabelece uma relação direta com esforço físico e mental exigido pelo trabalho; por outro lado sendo um proprietário que trabalha, a reprodução social do produtor familiar depende da preservação e mesmo da ampliação da sua base de recursos (Ploeg, 2008), isto quer dizer que cabe a ele assegurar os recursos necessários para esta reprodução.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico



Assim, numa perspectiva Chayanoviana, a lógica interna específica da unidade familiar, efetua o balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Tal fato implica numa lógica diferente da que rege a unidade de produção capitalista.

Wanderley (2009) desenvolve a seguinte proposta de análise: “não resta dúvida que, sendo o capital uma relação social, que se estabelece entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, sua realização histórica, supõe a separação do produtor direto de suas condições objetivas de trabalho. Este processo de proletarianização, realizou-se historicamente em todos os países submetidos ao modo capitalista de produção e se realiza no Brasil. Não resta dúvida, porém, que o capital não proletarianiza a totalidade da força de trabalho, particularmente na agricultura.

Nessa perspectiva a apropriação da riqueza produzida por unidades familiares de produção pelo capitalismo, se dá principalmente através do avanço dos processos industriais sobre os naturais, em que se baseava a agricultura tradicional. Como afirma Kautsky (1998. p.319).

Analisando os elementos determinantes da proletarianização parcial, o conceito de apropriação desenvolvido por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) afirma que

(...) a chave para compreender o caráter único da agricultura, não está nem em sua estrutura social nem na dotação dos fatores. Ao contrário, a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural. Diferentemente dos setores da atividade artesanal, a agricultura não poderia ser diretamente transformada num ramo da produção industrial. (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990 p.1).

Dentro dos limites definidos pelo progresso técnico, os elementos do processo de produção agrícola têm sido conquistados pela indústria, assim, vários de seus diferentes aspectos foram transformados em atividade industrial. Este processo descontínuo, porém, persistente, de eliminação de elementos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos designamos *apropriacionismo* (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990).

Dessa forma, na medida em que se ampliam os processos naturais no âmbito dos sistemas de produção como pressupõe a agroecologia (Caporal e Costabeber, 2004), estamos construindo mecanismos de resistência ao *apropriacionismo*.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico



Assim, compreender os impactos produzidos pela adoção de determinada tecnologia, na estrutura das relações de troca entre a unidade familiar de produção e o meio social e econômico que a circunda, passa a ser fundamental para compreender o sentido da sua evolução em termos da ampliação ou redução da sua autonomia, que implica sobre o risco de proletarização desta unidade familiar.

É desta forma que um conjunto de características da agricultura camponesa se articula na construção de mecanismos de resistência à proletarização.

As características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado pela marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na (3) criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto controlada e auto gerenciada, qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que: (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência, perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando autonomia, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLOEG, 2008. p. 40)

Conclusões

O reconhecimento, segundo Wanderley (2009), de um processo mais amplo e determinante de subordinação da produção agrícola ao “movimento do capital” não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha, considerando um conjunto de mecanismos descritos por Ploeg (2008).

Uma política de inovação para a agricultura familiar deveria portanto se colocar como uma ferramenta para a construção dos projetos de autonomia dos agricultores construída e realizada com a sua participação, como pressupõem os princípios da agroecologia, conforme Caporal e Costabeber (2004).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994: 94 -104.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico



ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Hucitec, São Paulo, 1992.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios, MDA/SAF/DATER-IICA, Brasília 2004, 24 p.

GOODMAN, David, SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

IBGE, Contas Nacionais, 2012.

KAUSTY, Karl. A questão agrária. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNADES, B. M. MARQUES, M.I.M. SUZUKI, J.C. Geografia Agrária teoria e poder (Org.) Ed. Expressão Popular, 2007. P. 211- 270.

NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. Revista NERA Presidente Prudente. Ano 8 nº 7 pp 68-93. Jul/dez 2005.

PLOEG, van der J. D. O que é, então, o campesinato? In: PLOEG, van der J. D. J. D. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização; tradução Rita Pereira – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

SABOURIN, E. et al. Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 5, n. 3, p. 98-119, set/dez 2014.

VEIGA, J. Eli. Delimitando a agricultura familiar. Revista Reforma Agrária, nº 25 Campinas, ABRA, p 128-141, 1995.

WANDERLEY, M^a de Nazareth B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 a.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro, ASPTA, 2009.

WISKERKE, J., PLOEG, J. D van der (eds.) Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorcum, 2004.



VI Congresso LATINO-AMERICANO
X Congresso BRASILEIRO
V Seminário do DF e Entorno
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico

